

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quadro de servidores será ampliado, diz Lula 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parlamentares criam texto alternativo à MP da subvenção 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

AGU entra com "ação inibitória" a greve na Receita Federal 7

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator da LDO impõe prazo para pagar emendas e planeja sacrificar PAC para bancar eleições 8

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula tem até amanhã para sancionar desoneração da folha; veto põe em risco 1 milhão de empregos 10

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

'Desafio do Brasil não é aumentar carga tributária, é gerar emprego', diz autor do PL da Desoneração 13

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Mudanças na pensão por morte do INSS podem ser revistas, afirma ministro da Previdência 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco propõe a Lula federalizar estatais de Minas para pagar dívida 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Risco de derrota adia PEC contra STF 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

ICMS sobe como "antídoto" à reforma 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impactos da reforma tributária na criptoeconomia (Artigo) 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira deve acelerar tramitação de reforma tributária 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

A desoneração da folha (Editorial)	24
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Seis Estados elevam ICMS para ampliar receita com IBS	25
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Dólar e juros sobem com ICMS no radar	27
FOLHA ONLINE - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Descrença em política fiscal piora avaliação de Lula no mercado financeiro, aponta Genial/Quaest	28
G1 - NACIONAL - JORNAL DA GLOBO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Estudo mostra o Brasil entre os piores países em devolução dos impostos na forma de serviços à população	29
O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA	
O recado de Appy aos governadores	31
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ministros abrem as portas a parlamentares sem 'virar votos' a favor do governo; veja o ranking	32
PORTAL R7 - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Senado deve votar regulamentação das apostas esportivas e taxaçoão dos super-ricos	34
PORTAL UOL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Especialistas dão nota 7,6 para nova versão da Reforma Tributária	36
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Fazenda reduz previsão do PIB	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA ECONOMIA	
Relator quer preservar agro de bloqueios no Orçamento de 2024	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA ECONOMIA	
Fazenda reduz para 3% projeção de crescimento do PIB neste ano	40

Quadro de servidores será ampliado, diz Lula

Fernanda Strickland Rafaela Gonçalves

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, ontem, que o governo fará novos concursos para ampliar o quadro de funcionários federais. Durante a live semanal *Conversa com o Presidente*, o chefe do Executivo defendeu a ampliação do número de ministérios, que em seu governo saltou de 22 para 38.

Segundo ele, a nova estrutura não tinha o objetivo de aumentar cargos, mas o número de funcionários agora é insuficiente.

"Nós recriamos os ministérios com a decisão de que não iríamos aumentar um único cargo. Ou seja, só para você ter ideia, nós remontamos o governo, recriamos os ministérios, com menos funcionários do que tínhamos em 2010. Nós vamos ter que fazer concurso", disse.

Entre as novas pastas, estão os ministérios dos Povos Indígenas, das Mulheres e da Igualdade Racial. Segundo o petista, essa ampliação foi "extremamente importante para a relação com segmentos muito ativos da sociedade".

"Obviamente, vamos ter que fazer mais concursos para preencher e atender a demanda de funcionários. Como é que vamos ter fiscais para combater o desmatamento, combater as queimadas?", questionou.

O Brasil conta, hoje, com cerca de 11 milhões de **servidores públicos**, número que representa em torno de 12,4% dos trabalhadores do país. O número não é tão grande quando comparado à população do país e, comparativamente, está abaixo do verificado em grande número de países.

Para o presidente do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, há uma necessidade de novos concursos públicos. "Nós temos um deficit de 90 a 100 mil vagas de servidores. O quadro do funcionalismo, hoje, é inferior ao de 1991", disse. "Num período em que a população aumentou 40%, perdemos cerca de 100 mil servidores.

Então, temos que ter mais concursos", afirmou.

No quesito gastos públicos, comparando as despesas com funcionalismo em proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), o Brasil é o 7º país do mundo que mais gasta com pagamento de **servidores públicos** ativos e inativos, segundo pesquisa da Confederação

Nacional da Indústria (CNI). Nesse caso, o país gasta proporcionalmente mais do que nações como Alemanha, Suécia e Espanha.

De acordo com o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, há um desequilíbrio no setor público, com órgãos com evidente excesso de servidores para o volume limitado de trabalho demandado, enquanto outros têm quadro insuficiente de funcionários. "Órgãos como Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, Agência Nacional de Águas e Ibama, entre outros, sofrem com falta histórica de quantitativo de servidores", avaliou.

No entanto, ele observou que o governo já tem dificuldades de repor perdas salariais ocorridas nos últimos anos e que o orçamento para o próximo ano também está apertado.

"A pressão incorrida por determinadas categorias tem sido bem significativa. Veja o caso do Banco Central e da **Receita Federal**, por exemplo", lembrou.

"Apesar disso, o cenário de deficit primário elevado, e de promessa de zerá-lo já em 2024, torna o cobertor ainda mais curto para o governo realizar grandes concursos e contratações", alertou Viana.

Concurso unificado

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou, em setembro, a criação do Concurso Nacional Unificado do serviço público federal.

Cerca de 20 órgãos e entidades da administração federal aderiram ao novo modelo de seleção de servidores.

A ideia é criar algo similar ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que é aplicado simultaneamente em todo o país.

O certame foi dividido em duas partes: provas objetivas, com matriz comum a todos os candidatos, e provas específicas e dissertativas por blocos temáticos, de acordo com a área escolhida pelos participantes.

O edital está previsto para ser publicado em 20 de dezembro, com a aplicação de provas entre fevereiro e março de 2024.

Serão 6.640 vagas, com salários iniciais que podem chegar à casa dos R\$ 22 mil.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/11/22/all.pdf>

Parlamentares criam texto alternativo à MP da subvenção

ADRIANA FERNANDES IANDER PORCELLA BIANCA LIMA

Em busca de um acordo com o governo, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) apresentou um texto alternativo à medida provisória (MP) que muda a tributação de grandes empresas que têm benefícios fiscais concedidos pelos Estados. A ideia é pressionar pelas mudanças defendidas pelos parlamentares.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem tentado convencer os líderes partidários da Câmara a apoiar a proposta, que é a principal aposta para aumentar a arrecadação e continuar perseguindo a meta de déficit zero nas contas públicas no ano que vem.

A prática beneficia grandes companhias que tiveram incentivos fiscais para se instalar em locais distantes dos centros consumidores, mas reduz muito a arrecadação da União.

A **Receita Federal** calcula que os benefícios concedidos pelos Estados reduziram a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que é um tributo federal, em R\$ 150 bilhões em 2022 - e que essa cifra chegará a R\$ 200 bilhões este ano.

Em maio, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as empresas só poderiam abater dos **tributos** federais (como Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido) os benefícios estaduais que fossem ligados a investimentos, e não a custeio - o que foi considerado uma vitória do governo. O problema é que o litígio continuou, a arrecadação extra não veio e a Fazenda decidiu agir.

TRÊS MUDANÇAS. São três as mudanças propostas pela frente parlamentar e que estão no texto alternativo, defendido pelo presidente da FPE, deputado Joaquim Passarinho (PLPA).

Uma das mudanças é a definição mais clara do que é investimento.

"Quando caracterizarem subvenção para investimento, assim entendidos os incentivos e benefícios concedidos mediante compromisso de expansão ou implantação de empreendimentos econômicos e ou

sob condição de cumprimento de quaisquer contrapartidas onerosas", diz o texto alternativo.

Outro ponto diz respeito à garantia de que não haverá impacto na atuação da Sudam e da Sudene, as superintendências ligadas à Amazônia e ao Nordeste, e que os benefícios já concedidos serão respeitados.

Isso já foi estipulado no projeto de lei enviado pelo governo, mas há preocupações sobre o texto da MP.

A terceira alteração defendida pela FPE é definir na proposta que não haverá retroatividade, ou seja, que a **Receita Federal** não cobrará **impostos** sobre incentivos do ICMS já concedidos.

Passarinho tem dito que a FPE não é contra taxar o uso de subvenções do ICMS para custeio e apoiará a proposta de Haddad se a Fazenda concordar com as mudanças.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda não definiu nem mesmo se a tramitação será por MP ou por projeto de lei. Ele tem dito que primeiro é preciso chegar a um consenso sobre o mérito do texto.

Se a proposta for aprovada via MP, a medida passa a valer já em janeiro, podendo render R\$ 35,9 bilhões aos cofres federais em 2024. Já o projeto de lei renderia uma cifra menor ao governo: R\$ 26,9 bilhões. Isso porque, com esse instrumento, a medida só valeria a partir de abril.

De acordo com pesquisa da Vector Relações Governamentais para a FPE, 42% dos deputados entrevistados desconhecem a medida, que limita a possibilidade de as empresas abaterem benefícios fiscais estaduais dos **tributos** cobrados pelo governo federal.

Ainda segundo o levantamento, mais de dois terços (68%) dos parlamentares ouvidos acreditam que a proposta pode inviabilizar investimentos e 65,4% avaliam que ela pode trazer problemas de segurança jurídica. Para 58,1%, aprovar a medida seria mudar a regra do jogo em andamento.

O resultado da pesquisa apontou as dificuldades para aprovação da MP, que a poucas semanas do final do ano nem sequer tem relator indicado por Lira. O

deputado Mauro Benevides (PDT-CE) já recebeu apoio dos líderes dos partidos, mas Lira não fez até agora a indicação oficial.

PERDA DE ARRECADAÇÃO

R\$ 150 bi é a estimativa de perda de receita em 2022 em termos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), por causa de benefícios concedidos pelos Estados

R\$ 200 bi é a estimativa de perda de arrecadação federal para este ano, segundo a **Receita Federal**; prática beneficia grandes empresas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

AGU entra com "ação inibitória" a greve na Receita Federal

Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta

A Advocacia-Geral da União (AGU) propôs uma ação inibitória de greve contra o movimento dos auditores-fiscais da **Receita Federal** iniciado ontem. No pedido, a AGU afirma que, segundo informações da Secretaria Especial da Receita, o impacto da greve sobre serviços essenciais poderá prejudicar o alcance da meta fiscal zero para 2024.

A ação foi proposta contra o Sindifisco Nacional na noite de segunda-feira e foi solicitada pela Fazenda, segundo apurou o Valor. A relatora será a ministra Regina Helena Costa.

Além do impacto na meta do próximo ano, a AGU alega na ação que a paralisação afeta julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** em valores bilionários. Nessa terça-feira, o **Carf** cancelou as sessões por causa da paralisação. Na Fazenda, membros da equipe econômica monitoravam os impactos de uma possível greve há alguns meses e se diziam preocupados.

Ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a AGU afirma que a paralisação pode levar ao descumprimento de decisão da corte sobre prazo razoável para o processo administrativo fiscal, afetando contas públicas da União e causando "danos irreparáveis" à sociedade.

Na ação, o órgão pede que seja determinada a manutenção de força de trabalho integral em atividades essenciais da Receita, estabelecido percentual mínimo nas demais atividades e proibida a realização de atividades atípicas de greve, como operação padrão.

Citando nota executiva da Receita, a AGU elenca como essenciais atividades como as relacionadas ao **Carf**, à elaboração do Orçamento e ao Controle Aduaneiro, especialmente nas localidades que constituem objeto de medida de Garantia da Lei e da Ordem.

Já para as demais atividades, o pedido solicita percentual mínimo de 30% da força de trabalho, ressaltando que a redução temporária de trabalho também causará prejuízos ao Estado.

A AGU ainda pede que seja fixada multa de R\$ 500

mil por dia de descumprimento da medida.

Segundo o órgão, as reivindicações da categoria quanto à regulamentação do bônus de eficiência (ponto principal da mobilização) já foram atendidas quase integralmente, com a regulamentação do programa pelo Decreto 11.545, de 2003, pendente apenas a previsão de verbas no orçamento.

Para Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, a AGU inova ao tentar criar um conceito de essencialidade do serviço diferente do que está previsto em lei. Segundo o auditor fiscal, a Lei de Greve, de 1989, prevê o que são serviços essenciais e nenhum deles se assemelha a julgamento de processos administrativos, produção de relatórios para dar subsídios a lei orçamentária e outros serviços que a AGU cita ao STJ como se fossem serviços essenciais.

"O executivo tenta criar uma nova lei de greve para impedir uma greve que busca dar cumprimento à lei [do bônus de produtividade], O que se afigura um absurdo", afirma. (Colaborou Jéssica SantAnna)

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

AGU entra com 'ação inibitória' a greve na **Receita Federal**

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231122/>

Relator da LDO impõe prazo para pagar emendas e planeja sacrificar PAC para bancar eleições

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o deputado Danilo Forte (União-CE) esticou a corda com o Palácio do Planalto e confirmou a inclusão em seu parecer de um cronograma para pagamento obrigatório de emendas parlamentares pelo Executivo. Ele ainda avalia tirar dinheiro do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), uma das principais vitrines do governo, para abastecer o fundo eleitoral que financiará as campanhas municipais do ano que vem. Em outra frente, o Congresso prepara novas derrotas para Luiz Inácio Lula da Silva na apreciação de vetos presidenciais amanhã. Um deles é relativo ao marco temporal para terras indígenas, que deve ser derrubado.

O prazo para a liberação das emendas parlamentares, planejado por Forte, inclui as individuais e de bancadas estaduais. Essas modalidades são impositivas, ou seja, seu pagamento é obrigatório, mas o Executivo dita o ritmo de liberação dos recursos. Isso permite que o governo use a execução desses recursos para negociar votações com o Congresso. O montante total atrelado ao calendário é de R\$ 37,6 bilhões.

Para o relator, a falta de um cronograma provoca o toma lá dá cá de emendas em votações importantes para o Planalto.

- Ficamos muito à mercê do governo de plantão - afirmou o deputado.

As datas e detalhes do cronograma ainda não foram divulgados. De acordo com o parecer de Forte, as emendas individuais terão reservado um volume de R\$ 25,1 bilhões, e as de bancada, R\$ 12,5 bilhões. Assim, no ano que vem, o montante total teria um aumento de 23%, em valores nominais.

Prioridades

O relator disse que vai apresentar uma escala de prioridades para o pagamento de emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- Qual a grande prioridade do Brasil hoje? A saúde. Hoje o financiamento do governo federal na saúde

ameniza o sofrimento das pessoas nos municípios. Dentro desse cronograma, a ideia é que as emendas de saúde sejam pagas em primeiro lugar.

Sobre as emendas das comissões temáticas do Congresso, estipuladas em R\$ 6,8 bilhões este ano, a expectativa é que o valor possa chegar a R\$ 11 bilhões. O relator afirmou que tornar ou não essa modalidade impositiva, ou seja, de pagamento obrigatório pelo governo, ainda está em discussão. A iniciativa é defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e contraria o Palácio do Planalto.

Danilo Forte afirmou que seu parecer ainda não está fechado e que o prazo para finalizá-lo vai até amanhã. A previsão inicial era que o texto fosse apresentado ontem. Como o relator prometeu um prazo de 48 horas para os parlamentares analisarem o relatório, a votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve ficar para a próxima terça-feira.

Derrotas à vista

Forte disse ainda que está propondo ao governo tirar dinheiro do Programa de Aceleração do Crescimento para abastecer o fundo eleitoral. O martelo ainda não foi batido e o valor também não foi definido. Hoje, o fundo eleitoral é abastecido com recursos da Justiça Eleitoral e com parte do montante direcionado para as emendas de bancada.

- As emendas de bancada estaduais são impositivas, isso causou uma repulsa dos estados. Por que o fundo eleitoral não pode ser financiado pelos dois lados? Estamos conversando. Só tem espaço na área de investimentos. Quero ver se conseguimos harmonizar para dividir essa conta. O valor de R\$900 milhões sugerido pelo governo não paga uma eleição em 5 mil municípios - afirmou Danilo Forte.

A CMO já aprovou uma proposta que possibilita aos partidos gastarem até R\$ 5 bilhões nas campanhas de candidatos a vereador e prefeito no ano que vem ao cortar R\$ 4 bilhões das emendas de bancadas estaduais para destinar ao fundo eleitoral. Esse valor se somaria aos R\$ 939,3 milhões inicialmente previstos para o chamado "fundão".

Além da LDO, o governo está às voltas com a análise de vetos presidenciais, marcada para amanhã. A gestão Lula já espera pelo menos uma derrota, em relação ao marco temporal para terras indígenas. E encara como desafios manter os trechos suprimidos nos projetos que tratam do arcabouço fiscal e do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A manutenção desses dois vetos é considerada fundamental para a pauta econômica do governo e colocada como prioridade para lideranças da base.

Por outro lado, a volta da tese de que indígenas só podem reivindicar terras que já eram ocupadas por eles na promulgação da Constituição de 1988 está "precificada" pelo Planalto. O governo aposta que a questão será resolvida futuramente pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF), que já julgou a proposta inconstitucional.

- Não tenho as linhas gerais ainda, mas há chance desse veto (a trecho do novo arcabouço fiscal) ser derrubado pelo Congresso - disse Arthur Lira, em setembro.

O Executivo tenta reorganizar sua estratégia no Congresso, após acumular derrotas, como a reprovação do nome indicado pelo presidente Lula para comandar a Defensoria Pública da União e de uma vitória apertada na votação da **reforma tributária** no Senado.

Em mais um revés, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado adiou ontem a votação de dois projetos defendidos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação da União. Os pedidos de vista ao projeto que muda a tributação da alta renda, em fundos de investimento no exterior (offshore) e exclusivos, e à proposta que tributa o mercado de apostas esportivas, acenderam mais um alerta na articulação do Planalto.

Em outra frente, há um movimento para sustar a portaria do Ministério do Trabalho que dificulta o trabalho aos domingos e feriados no comércio.

Entenda o que está em discussão

Pontos Polêmicos

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/22/relator-da-ldo-impoe-prazo-para-pagar-emendas-e-planeja-sacrificar-pac-para-bancar-eleicoes.ghtml>

Lula tem até amanhã para sancionar desoneração da folha; veto põe em risco 1 milhão de empregos

Brasília

/
Ana Isabel Mansur e Bruna Lima, do R7, em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem até esta quinta-feira (23) para decidir sobre o projeto de lei que prorroga até o fim de 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia brasileira. Caso não seja estendida, a medida termina em dezembro deste ano. Empresas, centrais sindicais e trabalhadores pressionam pela sanção do texto, sob risco de perda de cerca de 1 milhão de empregos.

A matéria foi protocolada em 1º de novembro no Palácio do Planalto, e o prazo para análise é de 15 dias úteis. Caso Lula não publique o projeto até esta quinta (23), o texto é sancionado automaticamente e é promulgado pelo petista ou pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pelo projeto, em vez de o empresário pagar 20% sobre a folha do funcionário, o tributo pode ser calculado com a aplicação de um percentual sobre a receita bruta da empresa, que varia de 1% a 4,5%, conforme o setor.

A contribuição não deixa de ser feita, apenas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Em outras palavras, as empresas que faturam mais contribuem mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de **impostos**. Cálculos demonstram que a perda de arrecadação para a **Previdência Social** sem a desoneração seria de R\$ 45,7 bilhões entre 2018 e 2022 (veja mais abaixo).

Além da pressão dos trabalhadores, a matéria tem sido defendida por parlamentares. Eventual veto de Lula ao projeto seria contrário ao posicionamento de 84% dos deputados federais. Dos 513 parlamentares, 430 votaram a favor da proposta. Impedir a extensão da desoneração também significaria ir na contramão da manifestação dos senadores, que aprovaram a matéria por votação simbólica, ou seja, quando não há

contagem de votos. Por isso, nesse cenário negativo, a expectativa é que haja forte reação do Congresso caso o presidente vete a prorrogação.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Autor do projeto de lei que pede a continuidade da desoneração, o senador Efraim Filho (União Brasil-PB) afirmou nessa terça (21) que o desafio do Brasil não é arrecadar mais dinheiro, mas sim "gerar emprego". O parlamentar defende a importância do projeto, que "dialoga com a vida real" dos brasileiros, e afirma que sem a desoneração são esperadas 600 mil demissões.

Para o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO), um dos articuladores da proposta na Câmara, um veto causaria um desgaste desnecessário para o governo com diversos setores econômicos, potencialmente afetando mais de 9 milhões de empregos. "Além disso, pode gerar um atrito com a dinâmica do Congresso Nacional, que aprovou a proposta quase que por unanimidade. Esse cenário prejudicará a relação com o Legislativo e, certamente, dificultará futuras colaborações", avalia.

A relatora da desoneração na Câmara, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), cobra um posicionamento claro do governo. "Se o presidente Lula não sancionar a lei aprovada pelo Congresso Nacional, ele será o único responsável pela demissão de milhares de trabalhadores brasileiros", afirma.

Entidades representativas também têm pressionado Lula para decidir favoravelmente pela iniciativa. Em entrevista ao R7, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, declarou que "tem certeza" de que o petista vai sancionar a medida.

"O presidente Lula, pela sua história, características, valores fundados no trabalho e origem, tenho certeza

que, independentemente da posição de alguns ministros, vai sancionar", afirmou. O Ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad, enviou uma nota técnica ao Palácio do Planalto em que recomenda o veto.

O especialista em relações governamentais e cientista político Leonardo Barreto avalia que Lula não deve vetar a proposta pela forte oposição política, ao entender que vai perder o embate. "O ministro Fernando Haddad foi contra, mas não conseguiu ter forças para barrar a proposta nem por um segundo". Para ele, o cenário provável é que Lula a vete parcialmente, deixando de fora a desoneração dos municípios, mas que "procure atender os prefeitos com outras medidas, como um Refis para dívidas previdenciárias das cidades".

Na avaliação do cientista político André Pereira César, especialista em procedimentos legislativos e funcionamento do Executivo federal, a demora do governo em dar um posicionamento claro quanto ao projeto da desoneração é sinal de que se buscou um meio-termo. No entanto, para ele, o governo se arrisca nesse processo.

"É preciso pesar bem a balança, sob risco de se indispor com os setores, municípios e com o próprio Congresso." O especialista acredita que para cada trecho vetado deverá haver uma contrapartida para estancar os danos políticos, mas que "eventuais compensações jamais terão o mesmo peso de uma sanção integral". "É uma matéria sensível, e qualquer movimento errado que Lula faça resultará em uma resposta rápida e poderosa."

O país pode ver a **inflação** oscilar caso a desoneração da folha de pagamento não seja prorrogada. A análise de especialistas consultados pela reportagem leva em conta o cálculo de empresas e centrais sindicais que afirmam que, sem a continuidade da medida, há previsão de fechamento de 1 milhão de postos de trabalho e aumento no preço final dos serviços e produtos.

"De fato, tanto os empregos estarão ameaçados quanto os custos das empresas vão se elevar. De uma forma ou de outra, toda a economia nacional sofrerá o impacto dessa mudança: as empresas terão que cortar custos para equilibrar as contas, podendo haver redução no número de empregados e aumento no valor dos produtos, que pressionará a **inflação**", avalia o economista Werton Oliveira.

A elevação dos preços ao consumidor final, segundo Oliveira, traria como efeito a curto prazo um aumento da **inflação**. Por outro lado, com as demissões gradativas, haveria uma diminuição do poder de

compra dos brasileiros em um segundo momento, diminuindo preços mas trazendo prejuízo ao crescimento econômico.

A perda de arrecadação para a **Previdência Social** caso não houvesse a desoneração da folha de pagamento seria de R\$ 45,7 bilhões entre 2018 e 2022, revela um estudo feito neste ano pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom). O presidente Lula tem sido pressionado pelos 17 setores da economia e por entidades de trabalhadores a sancionar o projeto que prorroga a medida fiscal até 2027.

A publicação mostra que, caso o mecanismo não existisse, a perda de arrecadação da **Previdência Social** teria sido de R\$ 1,4 bilhão em 2018, R\$ 5,7 bilhões em 2019, R\$ 9,5 bilhões em 2020, R\$ 13 bilhões em 2021 e R\$ 16 bilhões em 2022. O contexto atual do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é de saldo negativo.

Com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os representantes observam que, em termos de evolução da empregabilidade, os setores desonerados contrataram mais de 1,2 milhão de novos trabalhadores entre 2018 e 2022, o que corresponde a cerca de 15,5% de crescimento. Sem a geração desses empregos, haveria a queda na arrecadação previdenciária.

O objetivo da desoneração é aliviar parcialmente a carga tributária. A medida está em vigor desde 2011, e o projeto de lei prevê a manutenção do regime fiscal até 2027. A matéria foi aprovada pelo Congresso e aguarda sanção do presidente Lula.

São incluídos os seguintes setores: calçados, call center, comunicação, confecção, construção civil, construção de obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Há setores que defendem a desoneração da folha de pagamentos de forma permanente, já que a medida é tida como imprescindível para a geração de empregos. É o caso do segmento de serviços terceirizáveis de asseio e conservação, representado pela Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac).

"A desoneração é muito importante para todos os

setores da economia. Por isso, a Febrac defende essa pauta reiteradamente. Atualmente, temos elevadas contribuições incidentes sobre a folha de salários e isso cria um forte desestímulo à formalização dos trabalhadores. Atualmente, somente o setor de serviços é responsável por cerca de 70% dos postos de trabalho no Brasil. Ou seja, sem a desoneração da folha de pagamento, a empregabilidade do país será comprometida", defende o presidente da Febrac, Edmilson Pereira.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/lula-tem-ate-quinta-para-sancionar-prorrogaao-da-desoneracao-veto-poe-em-risco-1-milhao-de-empregos-21112023>

'Desafio do Brasil não é aumentar carga tributária, é gerar emprego', diz autor do PL da Desoneração

Brasília

/
Do R7, em Brasília

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD TV

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Do R7, em Brasília

Autor do projeto de lei que pede a continuidade da desoneração da folha de pagamento por mais quatro anos, o senador Efraim Filho (União Brasil-PB) afirmou que o desafio do Brasil não é arrecadar mais dinheiro, e sim "gerar emprego". O parlamentar defendeu a importância do projeto que "dialoga com a vida real" dos brasileiros e afirmou que, sem a desoneração, são esperadas 600 mil demissões.

A declaração de Efraim foi dada depois que o ministério da Fazenda enviou uma nota técnica em que recomenda o veto ao PL 334/2023. Na avaliação do parlamentar, contudo, mesmo com a nota técnica, o Congresso deve derrubar a medida caso ela seja seguida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

"[O PL] dialoga com a vida real do cidadão brasileiro, afinal, o emprego é hoje a principal demanda do país. A desoneração faz com que quem gere mais emprego pague menos imposto. O projeto significa tirar pais e

mães da fila do desemprego e garantir a eles um posto de trabalho", afirmou.

Efraim declarou que o argumento da Fazenda de que medida é inconstitucional não se sustenta. "Ninguém perde o que não tem, não é uma receita com a qual o governo já conta, então, ele não iria abrir mão de receita, e é por isso que entendemos que na PEC [proposta de emenda à Constituição] da Previdência se permitia a prorrogação da desoneração da folha de pagamento", disse.

O senador acrescentou que, caso o PL seja vetado, a medida também vai gerar custos. "São mais de 600 mil demissões esperadas, são pais e mães que passarão, por exemplo, a ter que receber seguro-desemprego. E quem vai pagar a conta do seguro-desemprego é o governo", observou. Efraim ressaltou que as pesquisas mostram que os setores desonerados geram quase 20% a mais de vagas de emprego que os demais.

Para ele, do ponto de vista político, um possível veto do presidente é um "erro estratégico". "É correr um risco desnecessário de enfrentar uma derrota no plenário do Congresso Nacional, [a aprovação] tanto na Câmara quanto no Senado foi sólida. Então, o risco de o governo insistir no veto e ser derrubado pelo Congresso Nacional existe e é real", afirmou.

Efraim disse, ainda, que não se trata de uma pauta de governo, mas de uma "agenda do Brasil".

A perda de arrecadação para a **Previdência Social** caso não houvesse a desoneração da folha de pagamento teria sido de R\$ 45,7 bilhões entre 2018 e 2022, revela um estudo feito neste ano pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom). O presidente Lula tem sido pressionado pelos 17 setores da economia e por entidades de trabalhadores a sancionar o projeto que prorroga a medida fiscal até 2027.

A publicação mostra que, se o mecanismo não existisse, a perda de arrecadação da **Previdência Social** teria sido de R\$ 1,4 bilhão em 2018, R\$ 5,7 bilhões em 2019, R\$ 9,5 bilhões em 2020, R\$ 13

bilhões em 2021 e R\$ 16 bilhões em 2022. O contexto atual do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é de saldo negativo.

Com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os representantes observaram que, em termos de evolução da empregabilidade, os setores desonerados contrataram mais de 1,2 milhão de novos trabalhadores entre 2018 e 2022, o que corresponde a cerca de 15,5% de crescimento. Sem a geração desses empregos, teria havido a queda na arrecadação previdenciária.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/desafio-do-brasil-nao-e-aumentar-a-carga-tributaria-sobre-as-empresas-e-gerar-emprego-diz-autor-do-pl-da-desoneracao-21112023>

Mudanças na pensão por morte do INSS podem ser revistas, afirma ministro da Previdência

22.nov.2023 às 10h20

As mudanças na pensão por morte do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) feitas pela reforma da Previdência de 2019 podem ser revistas pelo Ministério da **Previdência Social**, segundo o ministro Carlos Lupi.

Um grupo de trabalho do ministério estuda alterações na emenda constitucional 103, de novembro de 2019, e deve apresentar os primeiros resultados em 2024, afirmou Lupi em entrevista ao programa Bom dia, Ministro na manhã desta quarta-feira (22).

"Nós queremos discutir o que foi essa reforma e ver os pontos que precisam ser corrigidos para não piorar cada vez mais o sofrimento do povo brasileiro. Isso deve acontecer no próximo", disse Lupi.

O foco principal é o cálculo da pensão, que sofreu redução e 40% com a reforma de 2019. A nova regra, no entanto, foi validada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em julgamento neste ano. Os ministros consideraram que as alterações no benefício são constitucionais ao julgar uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade).

A pensão por morte paga hoje uma cota familiar de 50% sobre o benefício do segurado que morreu, caso ele estivesse aposentado, ou sobre a aposentadoria por invalidez a que ele teria direito, mais 10% por dependente, até o limite de 100%. Antes da reforma, a pensão correspondia a 100% do benefício.

Uma viúva sem filhos recebe 60% e esse exemplo foi usado por Lupi para explicar o motivo de debaterem o tema no ministério.

"Eu dou um exemplo prático. Você, uma dama, se o seu parceiro morre amanhã você vai receber 60% da renda dele. Eu pergunto: é justo isso? Eu quero discutir isso, eu quero discutir se a **Previdência Social** é apenas um número frio, se ela não está lidando com o ser humano, com vida, com distribuição de renda", afirmou.

O ministro não deu mais detalhes do que pode se

revisto, mas disse que os pontos em debate devem ser levados ao Conselho Nacional da **Previdência Social**, hoje composto por representantes do governo, dos trabalhadores e de empregadores.

Na entrevista, Lupi prometeu para 2024 a implantação da teleperícia, que será a realização de exames periciais online, por meio de consultas por celular ou computador, conforme lei sancionada na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A medida enfrenta resistência dos peritos médicos, que a chamam de ilegal e afirmam haver maior probabilidade de fraudes ou erros nos diagnósticos, resultando em negativas ou concessões indevidas.

"A telemedicina é o mecanismo que vamos usar a partir do ano que vem, o mais moderno do mundo. Com a pandemia a telemedicina foi uma luz para salvar muitos e muitos cidadãos no mundo todo."

Na teleperícia, o perito médico poderá atender o segurado por meio de uma central, que será a própria agência do **INSS**, e fazer a avaliação online, em consulta por computador ou no celular. Se entender que há o direito do benefício por incapacidade, é feita a liberação.

"Esse é um mecanismo que veio para ficar", afirmou.

Sobre a fila do **INSS**, hoje com 1,635 milhão de segurados à espera do benefício, Lupi disse que a meta é reduzir a maioria dos pedidos para uma espera de até 45 dias, conforme prevê a lei. Ele citou algumas medidas adotadas pelo ministério, como o envio de atestado médico pelo Atestmed para liberação do auxílio-doença sem necessidade de exame presencial.

O ministro culpou a gestão anterior pelo número de segurados na fila, disse que hoje entram cerca de 900 mil a 1 milhão de pedidos de aposentadorias e pensões todos os meses no **INSS** e afirmou que a redução no quadro de funcionários tem prejudicado o andamento das análises.

Números apresentados por ele mostram corte de 50% no total de servidores administrativos e de peritos em

cerca de 20 anos. Em 2003, no primeiro mandato de Lula, eram 40 mil administrativos e 7.500 peritos médicos, hoje, há cerca de 20 mil e 3.500, respectivamente, disse ele o ministro.

Lupi disse que pretende convocar em 2024 parte do cadastro de reserva de 1.800 aprovados no último concurso público, realizado em 2022. Segundo ele, ao todo, já foram contratados 1.250 novos servidores para o **INSS**.

"Já chamamos 1.250 concursados para iniciar. Ainda tem cerca de 1.800 neste cadastro de reserva. Só posso começar a mexer nisso a partir do ano que vem."

O concurso para peritos médicos deverão ter entre 650 ou 660 vagas, segundo Lupi, e deve ser feito no primeiro semestre do ano que vem. As chances, no entanto, serão destinadas a médicos em localidades longe das capitais, para suprir o déficit.

Segundo ele, no entanto, haverá uma trava para transferências, de no mínimo dez anos. Essa será uma forma de fazer o profissional ficar estabelecido na localidade escolhida, já que muitos prestam concurso indicando ter intenção de assumir em cidades menores, mas pedem transferência para capitais assim que possível.

"Quem fizer concurso da Previdência vai ter que ficar pelo menos dez anos no seu órgão. Ser médico é um sacerdócio. No processo da qualificação vai constar a necessidade do período que esse médico perito terá de ficar."

O ministro abordou as alterações nas taxas de juros do crédito consignado, que passaram ao menos por quatro mudanças neste ano. Três delas para reduzir o percentual cobrado. Segundo ele, as mudanças nos juros do consignado lhe renderam inimigos.

"Quando eu entrei, estava 2,17% e hoje está 1,84%. Sei que ganhei muito inimigo poderoso quando eu baixo a taxa, mas a minha vida é luta. Deus protege quem gosta de pobre, eu gosto de pobre."

Os juros do consignado têm caído quando há queda na Selic (taxa básica de juros da economia), o que desagrada quem trabalha com a modalidade.

Os bancos afirmam que, como a margem de lucro é pequena, o crédito tem sido reduzido, com menor oferta e mudança no perfil de liberações, deixando mais aposentados sem acesso.

Para Lupi, mesmo com juros mais baixos, é preciso ter cuidado ao fazer esse tipo de empréstimo. "Eu acho

que o consignado passou a ser um instrumento para muita gente que conta com isso como renda; muita gente se ilude. Não tem ideia de que dinheiro fácil é muitas vezes o mais difícil."

Questionado se uma nova reforma da Previdência poderia ser feita, o ministro afirmou que grupo de trabalho do ministério estuda mudanças na atual, mas seriam pontuais, e tem consciência de que alterações devem passar pelo Congresso.

Segundo ele, reformar para conter déficit não está nos planos do ministério, e criticou a forma como o déficit previdenciário é tratado.

"Sabe para mim o que é déficit? Sonegação. São trilhões que não foram pagos ao longo dos anos, que está no Supremo Tribunal Federal, e que ninguém consegue receber", disse.

"Vamos discutir as isenções. O por que das isenções, quem recebe as isenções, quais as isenções previdenciários e, principalmente, qual o resultado das isenções para a sociedade?"

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/mudancas-na-pensao-por-morte-do-inss-podem-ser-revistas-afirma-ministro-da-previdencia.shtml>

Pacheco propõe a Lula federalizar estatais de Minas para pagar dívida

**IPEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO, CAIO SPECHOTO E
SOFIA AGUIAR**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), detalhou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sua proposta para o pagamento da dívida de R\$ 160 bilhões de Minas Gerais com a União. O encontro no Palácio do Planalto ocorreu um dia após o governador Romeu Zema (Novo-MG) tentar, sem sucesso, conversar com o presidente sobre o assunto.

No encontro, Lula teceu críticas a Zema. "Eu estou na Presidência há 10 meses e de vez em quando eu ouço o (ministro da Fazenda, Fernando) Haddad falar que tem tentado discutir a dívida dos Estados com os governadores.

É importante lembrar que o governador de Minas Gerais não compareceu a nenhuma reunião. Ele manda o vice", disse Lula, em um vídeo gravado durante a reunião.

Em entrevista coletiva após o encontro, Pacheco disse que Lula considerou a proposta "sustentável" e "possível", mas que o martelo não foi batido porque depende da análise técnica do Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional, além da concordância do governo mineiro. Ele vai apresentar a mesma proposta a Zema em uma reunião hoje.

Pacheco propõe que Minas repasse sua participação em estatais, como a Cemig (energia elétrica), Copasa (saneamento básico) e Codemig (exploração de nióbio) para abater a dívida.

A sugestão é que haja uma cláusula de recompra pelo prazo de até 20 anos. Além disso, o governo do Estado cederia para a União parte do que receberá pela repactuação do acordo com a Samarco pelo rompimento da barragem de Mariana, em 2015.

Neste caso, o governo federal se comprometeria a investir os recursos no Estado.

O presidente do Senado não falou publicamente em valores, mas o Estadão apurou que a ideia é que Minas Gerais transfira ao governo federal de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões do que tiver direito pela repactuação.

Também seria antecipado o pagamento pela União dos R\$ 8,7 bilhões que Minas Gerais tem direito a receber como compensação pela Lei Kandir. O dinheiro seria utilizado no pagamento da dívida. Pelas regras atuais, esse montante só seria pago integralmente em 2037.

"REFIS". Por fim, Pacheco mencionou ainda a apresentação um projeto de lei complementar para criar um novo programa de renegociação de dívidas, que ele chamou de "Refis dos Estados".

Esse programa seria uma alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), criado no governo Michel **Temer** (MDB), e por meio do qual Zema tenta renegociar a dívida de Minas com a União. O presidente do Senado quer que o percentual da dívida pago pelos Estados seja aplicado também como desconto.

No exemplo dado por ele, se Minas quitar 50% da dívida global, receberia 50% de desconto sobre o saldo remanescente. A dívida restante seria parcelada em 12 anos.

"A proposta que nós fazemos busca utilizar os ativos de que o Estado dispõe para quitação da dívida, de modo que ao final de nove anos, em vez de ter uma dívida impagável de R\$ 210 bilhões, teremos um saldo de dívida muito menor e com capacidade da retomada de investimentos no Estado", disse Pacheco.

Pacheco entrou na articulação após deputados se queixarem da proposta do governador de Minas para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Zema propôs privatizar a Codemig e conceder apenas duas recomposições salariais para os **servidores públicos** até 2032.

Mesmo com essas e outras medidas de contenção de gastos, a projeção do próprio governo de Minas é que a dívida ultrapasse R\$ 200 bilhões ao fim deste período.

2026. Com o presidente do Senado assumindo as rédeas da articulação política sobre o tema, Zema tentou se encontrar com Lula na segunda-feira, em Brasília, mas não conseguiu. Ele acabou se reunindo com o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT). Pacheco

e Zema são de grupos políticos diferentes na política mineira. O presidente do Senado é um possível candidato a governador em 2026, enquanto Zema tentará eleger um sucessor de sua confiança.

"Essa dívida não é só de Minas.

Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Goiás também enfrentam problema semelhante. E se fosse fácil, ela já teria sido resolvida há muito tempo. No meu governo, não fizemos um centavo de endividamento. Só temos pagado juros da dívida. Se a dívida, hoje, está grande, é porque ela foi feita lá atrás", disse Zema após o encontro com Costa. O ministro marcou uma reunião do governador com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), ainda nesta semana.

Pacheco e seu grupo político buscam se fortalecer politicamente para a disputa eleitoral de 2026. A avaliação é que o presidente do Senado conseguirá um importante ativo eleitoral caso conduza uma saída para o saneamento das contas do Estado sem impactar salários de funcionários públicos e serviços como educação, saúde e infraestrutura.

" No meu governo, não fizemos um centavo de endividamento. Só temos pagado juros da dívida. Se a dívida, hoje, está grande, é porque ela foi feita lá atrás"

Romeu Zema (Novo) Governador de Minas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Risco de derrota adia PEC contra STF

evandro éboli

Os senadores adiaram para hoje a votação da emenda constitucional que reduz os poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A apreciação da PEC que limita decisões monocráticas de magistrados da Corte vai ao plenário, que pode apreciá-la em dois turnos.

Os parlamentares aprovaram o adiamento por 48 votos a 20 - e houve uma abstenção. Uma das razões foi o receio da oposição e do Centrão de serem derrotados.

Ao todo, havia 70 senadores dos 81 - mas o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não vota. É um quórum considerado baixo para se apreciar uma mudança constitucional, que requer o mínimo de 49 votos. Alguns parlamentares não chegaram ainda a Brasília.

O que os senadores votaram ontem foi o chamado calendário especial, que quebra o interstício de sessões e permite que os dois turnos ocorram na sequência, no mesmo dia. O mesmo ocorreu com a **reforma tributária**.

A oposição ficou com receio da derrota, se o texto fosse apreciado ontem. Líderes oposicionistas afirmaram que ministros do STF estão ligando e pressionando senadores a votarem contra.

O senador Carlos Portinho (PL -RJ), líder do partido na Casa, foi o autor do requerimento do calendário especial. Ao Correio, ele admitiu que o receio de derrota, se o texto fosse votado, também motivou a mobilização.

"O requerimento foi não só para adiar e quebrar o interstício para permitir votar os dois turnos num dia só, mas também para medir o placar, o painel da votação", disse.

Ele até citou a ausência de três senadores no plenário que serão fundamentais para ajudar a aprovar a emenda: Romário (PL-RJ), Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e Wellington Fagundes (PL-MT).

O Planalto não tem atuado com força para derrotar a emenda, que deve ser aprovada hoje. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), orientou, na votação do requerimento de adiamento, que o governo "não vai firmar posição".

"Essa PEC não passa pela sanção do presidente Lula (é promulgada).

Ela fala sobre outro Poder", frisou Wagner.

A oposição aproveitou a discussão para atacar o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo que envolve os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Citou o caso do bolsonarista Cleriston Pereira da Silva, de 41 anos, que morreu de mal súbito no Complexo Penitenciário da Papuda, onde estava preso desde o início do ano por participação nos atos de destruição do Senado (leia Saiba mais).

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu, em setembro, a liberdade provisória dele, com uso de tornozeleira eletrônica.

Esse foi o ponto atacado pelos senadores bolsonaristas, alguns com camisetas pretas com a imagem do rosto de Cleriston.

"Ele faleceu ontem (segunda-feira) por uma decisão monocrática de Alexandre de Moraes.

É hora de frear isso, parar com essas decisões", disparou o senador Magno Malta (PL-ES).

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também criticou o ministro, em discurso no plenário. "Cleão, como o Cleriston era conhecido, morreu sob a tutela do Estado. Nem preso ele deveria estar. A PGR foi a favor de sua transferência para prisão domiciliar, mas o relator (Moraes) ignorou", acusou.

Sem afronta

Favorável à aprovação da PEC, ainda que não possa votar, Pacheco ajudou no adiamento da apreciação. "Não é uma resposta ao Supremo (STF), nenhuma afronta nem retaliação. Trata-se de um aprimoramento da legislação e da Constituição para garantir o bom funcionamento dos Poderes", afirmou, antes da sessão.

Ao Correio, no último dia 9, declarou que, se pudesse votar, seria a favor da matéria. "Se você olhar o cerne dessa PEC, vai concordar com a proposta.

Evita que uma decisão monocrática de um único ministro suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares (81 senadores e 513 deputados) e

sancionada pelo presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer", frisou, na ocasião.

"Não é uma resposta ao Supremo (STF), nenhuma afronta nem retaliação. Trata-se de um aprimoramento da legislação e da Constituição para garantir o bom funcionamento dos Poderes" Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

Saiba mais

Investigação

A Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape-DF) abriu uma investigação sobre a morte de Cleriston Pereira da Cunha. O procedimento vai verificar, por exemplo, se houve infração disciplinar de algum servidor. A Seape também registrou um boletim de ocorrência na Polícia Civil.

"As autoridades foram imediatamente comunicadas", informou a pasta. O bolsonarista tomava medicação controlada contra diabetes e hipertensão. Ainda na segunda-feira, o ministro Alexandre de Moraes pediu informações da administração do presídio, inclusive cópia do prontuário médico e o relatório dos atendimentos recebidos por Cleriston na Papuda.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/22/all.pdf>

ICMS sobe como "antídoto" à reforma

BIANCA LIMA ADRIANA FERNANDES

Com o avanço da **reforma tributária** no Congresso, Estados começaram a aumentar a alíquota-padrão do ICMS - aquela que incide sobre a maior parte dos produtos e serviços. O último movimento foi na tarde de ontem, quando a Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou um aumento na alíquota de 20% para 22%.

Foi a segunda elevação no Estado: a primeira ocorreu em 2022 e entrou em vigor neste ano - a de ontem passará a valer em 2024.

A medida se soma à iniciativa de seis governadores do Sul e do Sudeste que na noite de segunda-feira divulgaram **comunicado** sinalizando que também vão pedir aumento nas alíquotas.

O objetivo, segundo o **comunicado**, é "recompôr a tributação estadual no curto prazo e neutralizar as perdas potenciais com a futura distribuição do produto arrecadado com o IBS (o Imposto sobre Bens e Serviços, que vai substituir o ICMS e o ISS)".

Assinam o documento os secretários de Fazenda de São Paulo, Rio, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, cujo governador, Eduardo Leite (PSDB), já enviou à assembleia projeto propondo a elevação da alíquota, de 17% para 19,5%.

O texto da reforma aprovado pelo Senado, ainda pendente de segunda análise pela Câmara, determina que a maior parte da receita do IBS de Estados e municípios será proporcional à média da arrecadação entre 2024 e 2028. Portanto, quem arrecadar mais no período, vai ter mais recursos no futuro.

Segundo o Comsefaz, comitê que reúne secretários estaduais de Fazenda, 17 governadores já elevaram as alíquotas em 2022. "Estados com situação fiscal mais comprometida fizeram isso (reajuste) já no ano passado", afirmou o presidente do Comsefaz e secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, Carlos Eduardo Xavier.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
ICMS sobe como 'antídoto' à reforma

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Impactos da reforma tributária na criptoeconomia (Artigo)

Daniel de Paiva Gomes e Eduardo de Paiva Gomes

Daniel de Paiva Gomes e Eduardo de Paiva Gomes
Sócios do VDV Advogados, são membros da ABcripto

Arecém-aprovada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 45 institui no Brasil um sistema de tributação indireta baseado no modelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), entre outros. A Associação Brasileira de Criptoconomia (ABcripto) reconhece a urgência de uma **reforma tributária**, mas defende um debate mais aprofundado.

Primeiro, porque a PEC não traz uma definição precisa do que são considerados bens, direitos e serviços para fins de incidência do IBS e CBS, deixando margem para interpretações variadas. Se houver a migração para o IVA-dual, há o risco de incidência de IVA sobre o criptoativo transacionado, independentemente da sua função e conteúdo, ou de que se trata de um meio de troca que faz as vezes de um meio de pagamento.

Na prática, podemos ter um efeito semelhante a uma "nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira" (CPMF, que vigorou na década de 2000) sobre operações onchain.

O fato é que a tributação deve guiar-se pelo conteúdo e não pela forma. Por exemplo: uma garrafa pode ser utilizada para envasar água ou vinho, variando a tributação conforme o conteúdo. O ouro, quando aplicado como adorno em uma joia, está sujeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); já como investimento, estará sujeito ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O mesmo ocorre com os criptoativos e tokens.

Além disso, no texto da PEC 45 caracterizam-se como serviços financeiros quaisquer outros serviços prestados por instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil. De acordo com a Lei n.º 14.478/2022 e o Decreto n.º 11.563/2023, os prestadores de serviços de ativos virtuais já são entidades formalmente submetidas ao BC, e poderiam ser atraídos para o regime específico do setor financeiro, ainda que realizem operações com ativos não financeiros, como os tokens de utilidade.

A ausência de detalhes sobre o tema acentua as incertezas.

Preocupa, também, a criação do Imposto Seletivo (IS), que busca desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Levado às últimas consequências, teríamos a incidência de IS sobre o hardware utilizado na validação de transações, por exemplo, sob o argumento de que há excessivo consumo de energia elétrica para seu funcionamento, por mais criticável que seja tal posicionamento.

Ao pensar na tributação da criptoconomia, é preciso considerar suas especificidades.

Impor cargas fiscais de forma precipitada pode ter consequências indesejadas para um setor inovador e em pleno crescimento.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira deve acelerar tramitação de reforma tributária

IANDER PORCELLA

O relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), deve se reunir na próxima semana com o presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas- AL), e líderes partidários para discutir o texto.

A **reforma tributária** foi aprovada pelo Senado neste mês, mas voltou para a Câmara porque sofreu modificações.

Há uma discussão agora sobre promulgar antes o que for consenso entre as duas Casas e deixar as divergências para serem analisadas depois pelos deputados.

De acordo com líderes partidários, Lira deve convocar sessões deliberativas virtuais nas segundas e sextas-feiras para contar os prazos da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**. A ideia é aprovar tudo ainda este ano.

A discussão sobre a medida provisória (MP) que muda a tributação de grandes empresas que têm benefícios fiscais concedidos pelos Estados também deve avançar na semana que vem. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda deve apresentar a Lira e aos líderes da Câmara alterações em pontos do texto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A desoneração da folha (Editorial)

O presidente Lula da Silva tem até amanhã para tomar uma decisão sobre o projeto de lei que estende a desoneração da folha de pagamento dos setores que mais empregam no País até 2027. Sem o benefício, estarão ameaçados 9 milhões de empregos nas indústrias de confecção e vestuário, calçados, couro, têxtil, construção civil, infraestrutura, comunicação, tecnologia da informação, máquinas e equipamentos, call center e transportes, entre outros.

Tal política tem sido um instrumento fundamental para preservar os cada vez menos numerosos empregos formais que ainda existem no País. Por meio da medida, as empresas podem substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de salários pelo recolhimento de alíquotas de 1% a 4,5% da receita bruta, a depender do setor.

Adotada em 2011, a proposta nasceu para ser uma ajuda temporária aos setores que não conseguiram se recuperar das consequências da crise mundial de 2008. Mas, como se sabe, este não foi o único percalço a que estes segmentos estiveram sujeitos nos últimos 12 anos, entre os quais se incluem uma longa recessão e a pandemia de covid-19.

Passado o pior momento da emergência sanitária, o País ainda precisa lidar com suas sequelas econômicas.

A **inflação** desacelerou, mas continua acima dos objetivos definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para trazer a **inflação** de volta à meta, o remédio é a política monetária conduzida pelo Banco Central (BC). Juros altos, no entanto, são fatais para a maioria dos setores econômicos, sobretudo os que mais empregam mão de obra.

No mundo ideal, o custo para contratação de trabalhadores seria bem mais baixo. O governo, por sua vez, adotaria uma política fiscal mais austera e condizente com a realidade das contas públicas. O alinhamento das políticas fiscal e monetária reduziria a necessidade de o BC manter a Selic tão elevada e proporcionaria condições mais favoráveis para o setor privado atuar.

O Legislativo compreende esse contexto, tanto que, em 2020, derrubou o veto do então presidente Jair Bolsonaro à prorrogação da folha de pagamento, por 430 votos na Câmara e 64 no Senado. No ano seguinte, o próprio governo firmou um acordo com os parlamentares para estender a vigência da medida até

31 de dezembro de 2023.

A pouco mais de um mês do fim desse prazo, as empresas aguardam uma sinalização por parte do governo para que possam manter seus planos e orçamentos para o ano que vem. Politicamente, vetar a proposta seria comprar uma briga desnecessária com o Congresso, que derrubaria o veto sem qualquer dificuldade.

Não convém testar a força da combatida articulação política.

O governo preferia que o tema fosse tratado de forma ampla em uma segunda etapa da **reforma tributária**, que tratará dos **impostos** que incidem sobre a renda - proposta cuja necessidade este jornal defende.

Mas até que esse debate esteja amadurecido e pronto para ser submetido à votação, tais setores não podem ficar desassistidos, sob pena de deixar milhões de trabalhadores à mercê da informalidade e do desemprego.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Seis Estados elevam ICMS para ampliar receita com IBS

Marta Watanabe e Marina Falcão

Pelo menos mais seis Estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul - vão elevar a alíquota padrão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para garantir maior receita na distribuição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O movimento foi anunciado em carta assinada pelos secretários de Fazenda dos Estados. O texto menciona que o movimento deve ser acompanhado pelo Centro-Oeste, embora não seja assinada por nenhum Estado da região.

A carta não explicita as novas alíquotas. Paraná, São Paulo e Espírito Santo devem propor ICMS de 19,5%, alíquota que está 0,5, 1,5 e 2,5 pontos percentuais acima do padrão atual desses Estado, respectivamente. O Rio Grande do Sul já havia divulgado na semana passado envio de projeto de lei aumentando a alíquota de 17% para 19,5%.

Com a iniciativa, o movimento de elevação de alíquotas de ICMS se junta ao dos Estados do Nordeste e ganha caráter mais nacional. Em outubro, Pernambuco e Paraíba aprovaram medidas no mesmo sentido, após o Ceará também ter aumentado a alíquota. O Distrito Federal também tomou medida semelhante.

As alterações de alíquota passam pelas casas legislativas de cada Estado e, para valer já em 2024, precisam ser aprovadas até o fim deste ano. Precisam respeitar também a anterioridade de 90 dias. O Rio Grande do Norte encaminhou proposta à Assembleia Legislativa do Estado para manter a alíquota modal em 20%, em iniciativa para que o ICMS padrão potiguar não volte aos 18% em 2024.

Carlos Eduardo Xavier, secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte e presidente do Comse-faz, comitê que reúne secretários estaduais de Fazenda, diz que o movimento de elevação da alíquota padrão do ICMS está sendo feito por "quase todos os Estados", resultado tanto das mudanças legais que reduziram o ICMS dos Estados e também das regras de partilha para o IBS.

Para ele, o movimento de Estados do Sul e Sudeste

"equilibra as coisas", porque "há a preocupação com o estágio atual das receitas em relação a despesas".

Com o objetivo de "equilibrar as distorções de arrecadação que podem ser provocadas pela **reforma tributária**", o governo do Paraná deve alterar a referência da alíquota modal do ICMS de 19% para 19,5%, um reajuste de 0,5%, a partir de 2024. É o segundo aumento de ICMS no Estado de um ano para cá. O projeto de lei ainda está sendo estudado pela Secretaria da Fazenda e será encaminhado para a Assembleia Legislativa.

Até o mês passado, o Estado do Espírito Santo afirmava que manteria a sua alíquota modal em 17%, pois tinha conseguido manter o equilíbrio das suas contas, mesmo diante de fatores externos que afetaram a sua geração de receita. Agora, o governo do Estado se prepara para encaminhar um projeto de lei com a proposta de aumento para 19,5%.

Os seis Estados que assinaram a carta alegam que o texto de **reforma tributária** aprovado pelo plenário do Senado, além de reduzir significativamente a autonomia tributária dos Estados e municípios brasileiros, consagrou um mecanismo de distribuição do produto arrecadado com o novo IBS que vem induzindo os Estados a um movimento generalizado de elevação das atuais alíquotas modais do ICMS, tributo que será extinto em 2033, mas cujos efeitos, sob o prisma da transição federativa, se farão sentir até 2078.

Pelo texto aprovado, as participações de cada Estado no total arrecadado pelo IBS dependerão, ainda que de forma decrescente nos 50 primeiros anos de vigência do novo imposto, da receita média de cada ente federativo com o ICMS entre 2024 e 2028.

"Desse modo, quanto maior a arrecadação de um Estado com o ICMS nesse período, maior será o fluxo de recursos do IBS a ele destinado até 2078." A carta menciona "forte incentivo para que [Estados] aumentem a sua arrecadação entre 2024 e 2028, por exemplo, mediante a realização de programas de recuperação de créditos tributários ou aumentos de alíquotas modais de ICMS".

Os Estados lembram ainda que, em 2022, ocorreram mudanças legais que obrigaram os Estados a reduzir

suas alíquotas de ICMS em setores importantes para as receitas estaduais, como energia elétrica, telecomunicações e combustíveis. "Tal intervenção provocou uma expressiva e insustentável redução das receitas tributárias estaduais", afirma a carta.

"Esses dois fatores associados são um forte incentivo para se rever, em âmbito estadual, a dinâmica de arrecadação do principal imposto da Federação. Por isso, a larga maioria dos Estados das regiões Norte e Nordeste do país aumentou recentemente as suas alíquotas modais de ICMS, enquanto a maior parte das unidades federadas das demais regiões não realizou movimento semelhante."

Segundo a carta, "as circunstâncias impõem que os Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país reposicionem as suas alíquotas modais de ICMS para recompor a tributação estadual no curto prazo e para neutralizar as perdas potenciais com a futura distribuição do produto arrecadado com o IBS, vis à vis o comportamento estratégico adotado pelos demais Estados da Federação na atual conjuntura".

"O mecanismo de compensação previsto na **reforma tributária** e o movimento antecipado de alguns Estados nos empurram para esta revisão de alíquota modal, não para aumentar a arrecadação, mas para neutralizar os efeitos da **reforma tributária** sobre os cofres do Estado", diz Rogério Gallo, secretário de Fazenda de Mato Grosso. Ele não assinou a carta e diz que a nova alíquota modal do Estado ainda está em avaliação, mas deve ficar "em linha com a média da nova alíquota modal dos Estados". A alíquota padrão de ICMS de Mato Grosso hoje é de 17%.

"Há a preocupação com o estágio atual das receitas em relação às despesas"

Carlos Eduardo Xavier

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Seis Estados elevam ICMS para ampliar receita com IBS

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231122/>

Dólar e juros sobem com ICMS no radar

Gabriel Roca, Arthur Cagliari, Augusto Decker e Paulo Renato Nepomuceno* De São Paulo (Sob supervisão de Adriane Castilho)

Após uma sequência de pregões positiva para os ativos locais, a sessão de ontem foi marcada por uma realização de lucros, disparada pelas incertezas relacionadas à possibilidade de alguns Estados aumentarem suas alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Assim, os juros futuros exibiram alta firme, enquanto agentes voltaram a embutir prêmios de risco na moeda brasileira e a bolsa registrou ligeira queda.

Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul irão elevar a alíquota padrão do ICMS para garantir maior receita na distribuição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O movimento foi anunciado em carta assinada pelos secretários de Fazenda dos seis Estados.

Nas projeções da Oby Capital, o impacto do eventual aumento do ICMS no IPCA de 2024 estaria por volta dos 20 pontos-base. Segundo o sócio e gestor Camilo Cavalcanti, não é possível dizer que o anúncio foi totalmente inesperado, mas o momento em que foi feito despertou alguns receios.

"No fim das contas, os Estados estão buscando formas de melhorar suas contas no curto prazo e no período de apuração para unificação dos **impostos** com a **reforma tributária**", aponta. Segundo ele, a medida não deve trazer maiores transtornos à aprovação da **reforma tributária**, mas significa uma elevação de **impostos** e aumento da **inflação** à frente.

Neste contexto, os juros futuros exibiram alta firme ontem. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,475% do ajuste anterior para 10,575% e a do DI para janeiro de 2027 avançou de 10,315% para 10,455%. Agentes também passaram a embutir nos preços uma **inflação** mais elevada à frente, e a **inflação** "implícita" extraída das NTN-Bs com vencimento em 2024 saltou de 3,94% para 4,11%, enquanto a da NTN-B para 2025 subiu de 4,16% para 4,29%.

Já o dólar à vista encerrou o dia negociado a R\$ 4,8980, em alta de 0,95%. Para o gerente de mesa de derivativos da Commmcor, Cieber Alessie Machado, o investidor pode ter "colocado um pouco do lucro no

bolso" após o rali recente dos ativos domésticos.

Machado afirma, ainda, que a questão do aumento do ICMS pode também ter tido impacto no câmbio, por ser um tópico inflacionário e que pode complicar a tramitação da **reforma tributária**. "Temos várias forças que resultaram no movimento do câmbio, então, além da realização [de lucros] e da cautela, há também essa incerteza sobre o ICMS, que pode ter adicionado prêmios de risco no câmbio, ajudando o dólar a subir um pouco mais." O Ibovespa, por sua vez, caiu 0,26%, aos 125.626 pontos, interrompendo a sequência de quatro altas. Não por acaso, as ações com quedas mais intensas ontem foram aquelas sensíveis aos juros. O índice de small caps registrou queda de 1,51% no pregão, recuo muito superior ao do Ibovespa.

"Esse movimento é uma correção, após uma sequência de altas em boa parte dos setores, como construção. Se olharmos Cyrela, por exemplo, a ação caiu, mas a empresa só em novembro chegou a subir 26%. Vejo isso como natural", diz Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

As ações da Petrobras exibiram queda firme durante boa parte da sessão, enquanto agentes aguardavam notícias sobre a reunião do presidente da estatal, Jean Paul Prates, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros. Após a reunião, Prates afirmou que o preço de combustível "não é discutido com pedido". Após a fala, os papéis passaram a apresentar queda menos intensa e as ordinárias da estatal fecharam com recuo de 0,99%.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Dólar e juros sobem com ICMS no radar

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187719>

Descrência em política fiscal piora avaliação de Lula no mercado financeiro, aponta Genial/Quaest

Maria Carolina Marcello

A forma como o mercado financeiro avalia o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, piorou em novembro, apontou pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira (22), registrando uma queda de 3 pontos percentuais na avaliação positiva da gestão petista e um aumento de 5 pontos na negativa.

O pessimismo captado pela pesquisa -a ausência de uma política fiscal efetiva é apontada como o principal problema pelos entrevistados pelo instituto, ante 57% em setembro- levaram a avaliação positiva do governo para o patamar de 9%. Em setembro, essa parcela correspondia a 12%.

Em outra frente, a avaliação negativa do governo atingiu 52%, ante 47% em setembro. Os analistas que avaliam a gestão como regular são 39%, ante 41% na rodada anterior.

O trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é bem avaliado por 43%, ante 46% em setembro. Em julho, o percentual dos que enxergavam o desempenho de Haddad de forma positiva era de 65%.

A avaliação negativa de Haddad está em 24% agora, ante 23% em setembro e 11% em julho. As pessoas que veem o trabalho do ministro como regular são 33% agora, ante 31% em setembro e 24% em julho.

Para 39%, o ministro perdeu força desde setembro, após o início de discussões sobre a possibilidade de o governo alterar a meta fiscal de déficit zero em 2024. Para 49% a força de Haddad está igual a de dois meses atrás e 12% avaliam que aumentou. O Executivo decidiu, por ora, manter a meta de zerar o déficit primário no ano que vem.

Porém, todos os entrevistados disseram acreditar que o governo não conseguirá zerar a meta fiscal no ano que vem. No levantamento anterior, 95% tinham essa avaliação.

O levantamento apontou ainda que 77% dos

entrevistados entendem que a falta de uma política fiscal que funcione é o principal problema que dificulta a melhora da economia. Em setembro, esse percentual era de 57%.

A atual equipe econômica é considerada pior que a do governo Jair Bolsonaro por 80% dos entrevistados, enquanto 8% a avaliam como melhor e 12% entendem que ela é de qualidade igual.

Para 73% dos entrevistados, a política econômica está no caminho errado, contra 72% em setembro. Outros 27% consideram que ela segue no caminho certo, ante 28% na rodada de dois meses atrás.

Para 55% a economia vai piorar nos próximos 12 meses, ante 34% em setembro, ao passo que 21% entendem que vai melhorar, ante 36%, e 24% avaliam que ficará igual, versus 30% em setembro.

A sondagem apontou ainda que 74% avaliam que a **reforma tributária** em discussão no Congresso é melhor do que o sistema tributário atual, contra 12% que entendem que é igual e 14% que avaliam como pior. Além disso, 73% consideram que as alterações promovidas pelo Senado pioraram o texto, ao passo que 27% avaliam que melhoraram.

A pesquisa realizou 100 entrevistas com gestores, economistas, analistas e tomadores de decisão ligados a fundos de investimentos com sede em São Paulo e no Rio de Janeiro entre os dias 16 e 21 de novembro.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Descrência em política fiscal piora avaliação de Lula no mercado financeiro, aponta Genial/Quaest

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/descrência-em-política-fiscal-piora-avaliacao-de-lula-no-mercado-financeiro-aponta-genialquaest.shtml>

Estudo mostra o Brasil entre os piores países em devolução dos impostos na forma de serviços à população

Por Jornal da Globo

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação realiza um cálculo a fim de encontrar o que eles chamam de Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade (IRBES). A equação inclui carga tributária, **PIB** e IDH.

Entre os 30 países analisados, o Brasil ficou em último lugar. A Irlanda, pelo quinto ano consecutivo, apresentou o melhor índice de retorno ao bem-estar da sociedade. Na sequência, vêm Suíça, Austrália, Estados Unidos e Coreia do Sul.

No Brasil, as cinco melhores unidades federativas são Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Lá embaixo, estão Bahia, Maranhão, Alagoas, Rondônia e Amazonas.

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação realiza um cálculo a fim de encontrar o que eles chamam de Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade (IRBES). A equação inclui carga tributária, **PIB** e IDH. De forma prática, o estudo avalia se os recursos arrecadados são usados de maneira eficaz para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Entre os 30 países analisados, o Brasil ficou em último lugar.

Quando nós pensamos na aplicação desses recursos em investimentos que venham melhorar a qualidade de vida da população como um todo, a gente vê realmente muito pouco com relação a isso. Nós temos corte em educação, corte em saúde, corte. cortes em muito do que é principal e essencial para melhorar a qualidade de vida da nossa população, destaca o presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, João Eloi.

Países com melhores índices

A Irlanda, pelo quinto ano consecutivo, apresentou o melhor índice de retorno ao bem-estar da sociedade. Na sequência, vêm Suíça, Austrália, Estados Unidos e Coreia do Sul.

Nós estamos na 12ª edição e entre os países de maior carga tributária, na qual o Brasil se inclui desde a

primeira edição até agora, o Brasil é o último colocado. Ou seja, é o país que tem uma carga alta e um retorno muito ruim, afirma.

Estados brasileiros

Neste ano, pela primeira vez, o IBPT traz também uma análise detalhada sobre o desempenho dos estados brasileiros. E a balança entre as regiões do país mais uma vez é bem desequilibrada.

As cinco melhores unidades federativas são Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Lá embaixo, estão Bahia, Maranhão, Alagoas, Rondônia e Amazonas.

Dá para enxergar, com números, ninguém pode confrontar, que os estados bem melhores no retorno o desenvolvimento são os estados da região sul e sudeste. Por que? Principalmente pela grande concentração da industrialização, comércio e prestação de serviço nesses estados, ressalta João Eloi.

A Constituição Federal de 88 define que 25% dos **impostos** arrecadados por estados e municípios devem ser gastos em educação. 12% devem ser gastos com saúde. Mas segundo o especialista em direito tributário, essa conta já não faz sentido.

Desde 88 pra cá houve um envelhecimento da população... e o que isso significa? Há mais idosos para serem cuidados, portanto, necessidade maior de orçamento para cuidar da saúde e há menos pessoas jovens -- de maneira que há uma menor necessidade do que havia em 88 pra educação dessas crianças. Há uma inversão de valores, de modo que o cobertor fica curto, ressalta o professor de direito tributário na FGV, Eduardo Salusse.

A **reforma tributária**, segundo ele, pode mudar o cenário.

Hoje, os **impostos** recolhidos ficam no estado ou no município de origem, onde ocorreu a produção ou a prestação de serviço. Com a **reforma tributária**, ele se deslocará para o destino. O que significa dizer que

no local, no estado e no município onde o consumidor, eleitor, contribuinte reside é que a arrecadação vai ser dirigida. E assim sendo cabe a este cidadão exigir dos seus governantes uma boa gestão daquele dinheiro. Isso legitima, isso atribui cidadania fiscal à sociedade brasileira , afirma Salusse.

LEIA TAMBÉM:

Reforma tributária deve acabar com distorções, como o passeio de mercadorias pelo país; entenda

Site: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2023/11/22/estudo-mostra-o-brasil-entre-os-piores-paises-em-devolucao-dos-impostos-na-forma-de-servicos-a-populacao.ghtml>

O recado de Appy aos governadores

Luciana Casemiro

A elevação do ICMS feita por Rio, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, para tarifa para até 20%, não pode ser colocado na conta da **Reforma Tributária**, diz o economista Bernard Appy.

O IBS (imposto que vai substituir o ICMS nos estados) estará funcionando plenamente em 2033. Daqui a 10 anos, os governadores de hoje, mesmo que sejam reeleitos, não estarão no governo estadual. Então não dá para dizer que vão aumentar o ICMS para proteger a arrecadação do seu sucessor. Os governos querem elevar a alíquota para poder gastar mais- explicou Appy, extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda.

Em evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta terça-feira, Appy explicou que, do ponto de vista técnico, não há correlação entre a **Reforma Tributária** e o aumento generalizado da alíquota modal do ICMS, que pode ter impacto direto no preço dos produtos e serviços comercializados, já que os **impostos** são repassados para o consumidor final.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** explicou ainda que o novo sistema não tira a autonomia dos Estados para alterar a alíquota do IBS.

- É óbvio que a **Reforma Tributária** não é responsável pelo aumento do ICMS.

Appy destacou que o novo sistema tributário tem o mérito de simplificar o caótico sistema tributário brasileiro, acabar com a cumulatividade (quando o imposto cobrado em uma etapa da produção não vira crédito tributário para a etapa seguinte), e as distorções alocativas, que ocorrem quando uma empresa faz uma escolha de investimento pela menor tributação e não pela maior eficiência.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2023/11/o-recado-de-appy-aos-governadores.ghtml>

Ministros abrem as portas a parlamentares sem 'virar votos' a favor do governo; veja o ranking

Ainda na tentativa de construir uma base parlamentar capaz de evitar derrotas, o governo Lula tem aberto as portas a parlamentares até da oposição, mas encontra barreiras para "virar votos" no Congresso. Levantamento do GLOBO identificou congressistas do PL, principal partido da oposição, e de legendas que têm ministros, casos de PP e Republicanos, que circulam com desenvoltura na Esplanada dos Ministérios, a despeito dos posicionamentos que contrariam o Executivo em votações.

É o caso, por exemplo, do senador Dr. Hiran (PP-RR). O Palácio do Planalto contava com o apoio dele à **Reforma Tributária**, aprovada por margem estreita, de apenas quatro votos. Na véspera, o parlamentar havia endossado o texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas em plenário opinou pela rejeição - o ex-presidente Jair Bolsonaro, que venceu a eleição no estado do parlamentar, entrou na campanha contra o texto. Na Esplanada, Dr. Hiran teve 14 reuniões com ministros: 14, mais de uma por mês. É o maior número entre senadores de oposição (PL, Podemos e PSDB) e entre partidos que ocupam ministérios, mas vêm oferecendo resistências na Casa, a exemplo de PP e Republicanos.

O mesmo movimento foi feito pelo senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), que foi a favor na CCJ e contra em plenário. Nas redes sociais, ele tentou se equilibrar, afirmando que votou contra a rejeição, mas conseguiu a inclusão de 20 emendas. A situação causou desconforto na votação, quando o senador Omar Aziz (PSD-AM) chamou atenção para o fato. Ao longo do ano, Mecias de Jesus esteve em oito reuniões em ministérios.

Em agosto, o senador defendeu Bolsonaro nas redes sociais, ao afirmar que a autorização, dada pelo presidente Lula, do início das obras do Linhão de Tucuruí era simbólica, já que a construção só se concretizara "graças à vontade política do presidente Bolsonaro".

No PL, principal partido de oposição ao governo, o senador Wellington Fagundes (MT) foi outro que conseguiu agendas com ministros: foram 10. Eduardo Gomes, o único do PL a votar sim na **Reforma**

Tributária, teve três agendas. No PP, partido de Hiran Gonçalves, o senador Laercio Oliveira (PP-SE) teve metade das agendas do seu correligionário, sete.

É no Senado onde reside a maior preocupação do governo no momento. A Casa rejeitou a indicação de Lula para a chefia da Defensoria Pública da União (DPU), em um sinal claro de insatisfação, e é por lá que vão passar as futuras indicações para a Procuradoria-Geral da República (PGR) e Supremo Tribunal Federal (STF).

Na Câmara dos Deputados, a situação se repete. No caso do PL, o deputado com mais agendas nos ministérios é Luiz Carlos Motta (SP), relator do projeto de Lei Orçamentária, pauta relevante para o Planalto. Em segundo lugar, está Daniel Agrobom (PL-GO), com 11. Entretanto, ao contrário de Motta, Agrobom votou contra a **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados. Todos os parlamentares foram procurados, mas não se manifestaram.

Flávio: reuniões no Turismo

Se alguns parlamentares conseguem espaço na agenda de ministros apesar de se posicionarem contra o governo em votações importantes, a maioria dos bolsonaristas evita maior proximidade com o Executivo. O senador Ciro Nogueira (PP-PI, ex-ministro da Casa Civil) e crítico de Lula, não teve nenhuma agenda até o momento, assim como a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), que foi titular da pasta dos Direitos Humanos na gestão Bolsonaro.

Ex-vice-presidente, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) consta em apenas uma agenda, no Ministério dos Transportes, em um encontro que contou com a participação de toda a bancada gaúcha. O senador Sergio Moro (União-PR), ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, foi duas vezes ao Ministério dos Transportes, mas nas duas estava acompanhado da bancada paranaense. A senadora e ex-ministra Tereza Cristina (PP-MS), por outro lado, já se reuniu cinco vezes com ministros.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-

presidente Jair Bolsonaro, foi recebido duas vezes pelo ministro do Turismo, Celso Sabino. A explicação para o encontro é o fato de Flávio ser o relator da Lei Geral do Turismo no Senado. Irmão de Flávio, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) participou de apenas uma agenda com um ministro: uma reunião no Ministério da Justiça, também acompanhado por diversos outros parlamentares da chamada "bancada da bala". O encontro foi para tratar de sugestões do grupo em relação ao decreto do governo que mudou as regras de acesso a armas.

Ranking

Senadores (PL, PSDB, Podemos, PP e Republicanos)

Deputados do PL

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/22/ministros-abrem-as-portas-a-parlamentares-sem-virar-votos-a-favor-do-governo-veja-o-ranking.ghtml>

Senado deve votar regulamentação das apostas esportivas e taxaço dos super-ricos

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD TV

JORNALISMO

VARIÉDADES

Brasília | Bruna Lima, do R7, em Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado tem na pauta desta quarta-feira (22) a votação das propostas sobre a regulamentação das apostas esportivas e a taxaço dos super-ricos. A análise ocorre após adiamento por pedido de vista de 24 horas concedido na terça-feira (21). Ambas as medidas são tidas como essenciais para que o governo cumpra as metas fiscais de 2024.

Na proposta que regulamenta as apostas esportivas de cota fixa houve alteração em relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados. Por isso, se o plenário da Casa mantiver as mudanças, o projeto precisará passar por uma reanálise dos deputados antes de seguir para a sanção presidencial.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Já no parecer do projeto sobre a taxaço dos super-ricos, as mudanças sugeridas foram somente de redação. Assim, se o texto for aprovado conforme o parecer, não terá de retornar à Câmara.

O texto trata de questões como publicidade, autorização de funcionamento, taxaço das empresas e distribuição de arrecadação. Aprovado pela

Comissão de Esporte do Senado no início deste mês, o projeto inclui como aposta de cota fixa eventos virtuais de jogos online e eventos reais de temática esportiva. A regulamentação prevê apostas realizadas em meio físico, com a compra de bilhetes impressos, ou em meio virtual.

Em relação à carga tributária, o relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), reduziu de 18% para 12% a cobrança sobre a receita das empresas. Em relação à taxaço dos ganhadores, o senador propôs uma redução de 30% para 15%. A diminuição mexe com a perspectiva do governo federal que, inicialmente, calculava arrecadar de R\$ 2 bilhões a R\$ 6 bilhões em 2024 com a tributação das apostas esportivas.

O percentual, na indicação do relator, recairá em pessoas jurídicas que exploram atividades de desenvolvimento ou prestação de serviços relacionados ao fantasy sport, modalidade em que participantes escalam equipes imaginárias ou virtuais de jogadores reais de um esporte profissional.

Outra mudança é a exigência de as empresas de apostas esportivas terem "brasileiro como sócio detentor de ao menos 20% do capital social da pessoa jurídica", como diz o parecer.

Para atuar no ramo, as empresas precisarão de autorização específica para apostas online, física ou ambas. O certificado valerá por cinco anos e será concedido pelo Ministério da Fazenda, no valor limitado a R\$ 30 milhões.

Para conseguir a autorização, a empresa precisará cumprir alguns critérios, como ter sede e administração em território nacional, possuir requisitos técnicos e de segurança cibernética, ter integrante com conhecimento no ramo e adotar procedimentos de controle interno para prestar atendimento aos apostadores, além de política de prevenção ao crime.

A tributação dos chamados super-ricos é uma das matérias consideradas prioritárias pelo governo federal para cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas. Inicialmente, o governo havia sugerido uma alíquota de 10% para fundos de alta renda. Esse percentual seria cobrado duas vezes por ano sobre os rendimentos de cada fundo. No entanto, o relator na Câmara diminuiu a alíquota para 6%.

Os fundos exclusivos de investimento são voltados a quem tem, no mínimo, R\$ 10 milhões em investimentos. Atualmente, existem 2.568 fundos exclusivos de investimentos no mercado brasileiro. Isso significa R\$ 756 bilhões alocados nesses fundos, segundo dados do TradeMap. Esse dinheiro representa 12,3% de tudo o que está aplicado em fundos no Brasil.

Já no caso das offshores, a proposta prevê a tributação de 15% sobre o lucro esperado e 8% sobre o estoque. Atualmente, quem investe fora do Brasil nos fundos desse tipo escapa da taxaço se não movimentar os valores.

"É preciso ressaltar que a aprovação desse PL faz parte de um movimento mais amplo de reforma do sistema tributário nacional. A ele se junta a aprovação da PEC 45/2019, a **Reforma Tributária** do Consumo, que estabelecerá um novo paradigma de tributação para as transações com bens e serviços no Brasil, acabando com a guerra fiscal entre os entes federados, modernizando e simplificando todo o sistema", afirma o relator do projeto na Casa, senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

Já há o compromisso por parte do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de levar o projeto ao plenário do Senado assim que for aprovado na CAE. "Pode haver aprimoramentos, mas é um projeto sobre o qual não há tanta rejeição. Será votado e provavelmente aprovado", sinalizou Pacheco. Na Câmara, o projeto incorporou o conteúdo da medida provisória 1.184/2023, que instituiu o chamado "come-cotas" nos fundos fechados.

Com isso, a tributação ocorrerá sobre os rendimentos de aplicações financeiras, lucros e dividendos de entidades controladas no exterior (offshores) e trusts (que são bens administrados por terceiros). O governo estima arrecadar pelo menos R\$ 7 bilhões em 2024 com a medida.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/comissao-do-senado-deve-votar-regulamentacao-das-apostas-esportivas-e-taxacao-dos-super-ricos-21112023>

Especialistas dão nota 7,6 para nova versão da Reforma Tributária

22.nov.2023 às 7h00

O movimento Pra Ser Justo perguntou a economistas, advogados e outros especialistas no tema **Reforma Tributária** qual a avaliação sobre a nova versão da proposta aprovada no Senado.

Na média, a nota ficou em 7,6. A do sistema atual, próxima de zero. Vejas as respostas.

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, ex-secretária da Economia de Goiás e vice-presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda) em 2023

Sistema atual: 0

Nova versão da PEC 45: 7

"Perdeu um ponto pelo número de exceções, que tornou mais injusta e menos equitativa socialmente comparativamente à PEC 45 do Baleia Rossi; e perdeu dois pontos porque não explicitou o funding da soma do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e Fundo de Desenvolvimento Regional, e isso retira um valor expressivo já baixo valor das despesas discricionárias -mais especificamente, 43% (60/140 = 43%). Se não houver redução de gasto, haverá aumento de demanda ou tributação, as duas possibilidades ruins"

Melina Rocha, Consultora Internacional e Diretora de Cursos da York University - Canadá

Sistema atual: 2

Nova versão da PEC 45: 8

"O sistema não é nota dez porque regimes diferenciados e alíquotas reduzidas foram introduzidas no sistema de modo a não chegar ao patamar de um sistema com alíquota única e sem regimes diferenciados"

Vanessa Canado, coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper e ex-assessora do Ministério da Economia

Sistema atual: 0

Nova versão da PEC 45: 8

"Todas as características de um bom IVA foram mantidas, com exceção da alíquota única e algumas isenções. Foram mantidas a não cumulatividade plena, desoneração de exportações e investimentos, base ampla (incluir bens, serviços e intangíveis) e princípio do destino"

Breno Vasconcelos, pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV-SP e do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper

Sistema atual: Daria nota negativa, pois espelha melhor um sistema que penaliza as atividades produtivas

Nova versão da PEC 45: entre 7 e 8

"Não será o sistema ideal, tal como concebido originalmente na PEC 45, especialmente pela previsão de regimes específicos e potencialmente cumulativos para setores que poderiam estar no regime do IVA, e pela criação de algumas exceções injustificadas, com alíquotas menores que a padrão. De todo modo, mesmo que seja uma grande vitória, é preciso lembrar que ainda temos muito trabalho pela frente, para garantir que as leis complementares mantenham o desenho do IBS, da CBS e do seletivo mais próximo do ideal"

João Amoêdo, engenheiro e administrador

Sistema atual: 0

Nova versão da PEC 45: 6

"A reforma simplifica as milhares de legislações e alíquotas tributárias, facilita os investimentos e a exportação, reduz a burocracia, a insegurança jurídica e os litígios. Porém, as alterações e exceções adicionadas pelos relatores, especialmente no Senado, geraram distorções que dão privilégios, reduzem a simplicidade do IVA e aumentam a alíquota base

Eduardo Fleury, advogado, economista e consultor do Banco Mundial

Sistema atual: 2

Nova versão da PEC 45: 8

"É infinitamente superior ao sistema atual, e não fica tão distante dos melhores sistemas de tributação de consumo (ressalvando ainda que precisamos cuidar da regulamentação)"

Marina Thiago, cofundadora do Movimento Pra Ser Justo

Sistema atual: 1

Nova versão da PEC 45: 8

"O texto aprovado pelo Senado, apesar de ter incluído mais exceções, é infinitamente melhor que o que temos hoje. A reforma endereçou uma série de problemas históricos do nosso sistema tributário, como divisão da base de bens e serviços, multiplicidade de legislações, guerra fiscal, além de ter incluído inovações importantes, como o cashback, que tem um potencial grande de reduzir desigualdades"

Nelson Machado, diretor do Centro de Cidadania Fiscal e ex-ministro da **Previdência Social**

Sistema atual: 2

Nova versão da PEC 45: 8

"A reforma é ótima, mereceria dez não fossem as exceções introduzidas (necessárias para a viabilização política)"

Samuel Pessoa, pesquisador associado do FGV IBRE, chefe da pesquisa econômica do JBFO e colunista da Folha

Sistema atual: 0

Nova versão da PEC 45: 8

"Apesar das muitas exceções, o texto aprovado é muito melhor que o que temos hoje. Uma série de problemas do sistema atual foram resolvidos, como a fragmentação da base, princípio da origem e as legislações variadas por estados e municípios. Também é positiva a criação do cashback e a avaliação quinquenal"

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2023/11/especialistas-dao-nota-76-para-nova-versao-da-reforma-tributaria.shtml>

Fazenda reduz previsão do PIB

Correio Braziliense

O Ministério da Fazenda reduziu de 3,2% para 3% a projeção de crescimento da economia em 2023.

Relatório divulgado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) aponta a queda da expectativa de variação do **PIB** no terceiro trimestre, de 0,1%, no documento de setembro, para 0% agora, como motivo da revisão. Para 2024, a SPE também alterou para baixo a previsão de crescimento econômico - de 3,2% para 2,2%.

A perda de fôlego da economia no período julho-setembro já vinha sendo apontada por indicadores setoriais, como os de produção industrial e de oferta de serviços. Ontem, o Monitor do **PIB**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), mostrou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro ficou estagnado no terceiro trimestre de 2023, na comparação com os três meses anteriores. Em setembro, isoladamente, a atividade econômica encolheu 0,6%.

De acordo com a FGV, "a estagnação do **PIB** no terceiro trimestre reflete a fragilidade de sustentação de crescimento da economia brasileira". Segundo a fundação, "a desaceleração da agropecuária e do setor de serviços explica a estagnação da economia pela ótica da oferta".

Pela ótica da demanda, acrescenta a entidade, "destacam-se a desaceleração do consumo das famílias e a queda da Formação Bruta de Capital Fixo", indicador que mede os investimentos.

Em relação ao terceiro trimestre de 2022, o indicador dos investimentos caiu 5,3%.

O Monitor do **PIB** antecipa a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologias empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial das Contas Nacionais.

O IBGE deverá divulgar o **PIB** do terceiro trimestre em 5 de dezembro.

Apesar da avaliação geral negativa, a FGV ressaltou o comportamento positivo do consumo das famílias. "Embora tenha crescido em menor ritmo, o consumo das famílias apresentou, pela nona vez, variação positiva no terceiro trimestre, demonstrando grande

resiliência, apesar do ambiente de juros elevados e do alto grau de endividamento", afirma nota assinada pela economista Juliana Trece, coordenadora do Monitor do **PIB**.

Inflação controlada

O ritmo mais lento da economia, por outro lado, tem permitido maior controle da inflação neste ano. O Relatório do Ministério da Fazenda revisou para baixo a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2023. A estimativa passou de 4,85% para 4,66%, abaixo do teto da meta fixada para o ano, que é de 4,75%.

Já para 2024, a previsão subiu de 3,40% para 3,55%.

O secretário de Política Econômica do Ministério, Guilherme Mello, afirmou que o Brasil figura como "um dos países mais resilientes ao cenário de turbulência na economia global", o que ele classificou como uma novidade.

Para o secretário, isso reflete confiança no Brasil e a estabilização do ambiente macroeconômico no país.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/11/22/all.pdf>

Relator quer preservar agro de bloqueios no Orçamento de 2024

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União Brasil- CE), quer preservar o agronegócio de bloqueios de recursos no próximo ano.

Entre as despesas que não poderão ser restringidas estariam o Seguro Rural, verbas da Embrapa ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento, defesa agropecuária e assistência técnica e extensão rural, que são ligadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

"Muitas vezes a safra não pode esperar", disse Forte em reunião com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

"Fiz uma reunião com alguns setores e bancadas na Câmara e foram levantadas essas questões, que a gente já está atendendo dentro do relatório que vai ser concluído até amanhã (hoje)", disse. Forte afirmou que a votação de seu parecer na Comissão Mista de Orçamento (CMO) só deve ocorrer no começo da próxima semana.

Com o movimento, a bancada ruralista se antecipa para barrar contingenciamentos no Orçamento em razão da promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de zerar o déficit nas contas do governo no próximo ano.

COFRE FECHADO. O tamanho do bloqueio orçamentário para que Haddad cumpra sua promessa ainda é uma dúvida. Pelas regras do novo arcabouço fiscal, o valor poderia chegar a R\$ 53 bilhões - até 25% das despesas discricionárias. A equipe econômica alega, porém, que essa regra não afasta o poder público da banda do novo marco, que fixa o crescimento das despesas em, no mínimo, a 0,6% acima da inflação.

Com base nesse parâmetro, segundo cálculos do ministro da Fazenda, o contingenciamento necessário cairia para menos da metade do valor inicialmente previsto: R\$ 22 bilhões ou R\$ 23 bilhões.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), apresentou emenda à LDO pedindo que eventuais bloqueios sejam limitados à regra do 0,6% de crescimento real das despesas - mesmo que isso signifique não cumprir a meta, pois os

contingenciamentos seriam menores.

Questionado sobre o assunto, o relator da LDO afirmou que, "se for legal, e se for para ajudar a tirar o problema do Brasil", não vê problema em acatar a emenda.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, a proposta enfrenta questionamentos legais.

Em meio a esse cenário, Forte fez uma consulta informal ao Tribunal de Contas da União (TCU). "Questionamento jurídico pode ter. Por isso mesmo que a gente pediu o conforto do embasamento jurídico do TCU, para saber se fere alguma legalidade ou não", afirmou. Forte disse que está aguardando a resposta da Corte e que também consultou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a consultoria legislativa da Câmara.

PRIORIDADE. O assunto é prioritário tanto para o governo como para o Congresso. Isso porque nem o presidente Lula quer ver os investimentos desidratados em ano de eleição municipal nem os parlamentares querem ver as suas emendas, que irrigam os redutos eleitorais, bloqueadas.

Forte também voltou a defender um Orçamento mais impositivo e previsível. "Tenho uma convicção muito clara de que, quanto mais impositivo é o Orçamento, mais transparente.

"Ele reforçou que deve estabelecer um cronograma para a execução das emendas parlamentares, como antecipou em agosto em entrevista ao Estadão/ Broadcast Político.

Previsão

Parecer da LDO deve ser votado pela Comissão Mista do Orçamento na próxima semana

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda reduz para 3% projeção de crescimento do PIB neste ano

AMANDA PUPO FERNANDA TRISOTTO

O Ministério da Fazenda reduziu de 3,2% para 3% sua projeção para a alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023.

Também houve revisão para 2024, de 2,3% para 2,2%. De acordo com relatório divulgado ontem pela Secretaria de Política Econômica, o recuo neste ano está ligado ao desempenho mais fraco do que o previsto da economia no terceiro trimestre, refletindo principalmente a desaceleração de operações no setor de serviços.

Como mostrou o Estadão, o mercado também já havia rebaixado suas estimativas para o **PIB** no ano, indicando números abaixo de 3%. A Fazenda ponderou que, apesar dessas alterações, a perspectiva ainda é de aceleração no ritmo da atividade neste último trimestre de 2023, motivada pelo crescimento de alguns subsetores menos sensíveis ao ciclo e pela resiliência do consumo das famílias, em função do aumento da massa de renda real do trabalho e das melhores condições no mercado de crédito.

Em compensação, a Fazenda voltou a revisar para baixo a projeção para a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2023 - enquanto que, para 2024, a expectativa para o índice subiu. A nova estimativa para este ano é de 4,66%, ante 4,85% antes, abaixo do teto da meta estipulado para 2023 (que é de 4,75%). Já para 2024, a estimativa para o IPCA foi de 3,40% para 3,55%.

"Neste ano, tudo indica que fecharemos dentro da banda superior da meta, e no ano que vem iniciaremos processo de convergência para aproximar a **inflação** verificada do centro da meta estabelecida em 3%", disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello.

PROJETOS NO CONGRESSO. O secretário afirmou ainda que a pasta está confiante no avanço, no Congresso, das medidas para turbinar a arrecadação, ressaltando o texto que altera as regras de tributação federal sobre subvenções estaduais - um dos principais projetos para aumentar o volume de receitas e ajudar a Fazenda na meta de déficit primário zero em 2024.

"O que vemos é um avanço das medidas, sim, após muitos debates, com ajustes dos textos, mas com compromisso e parceria muito grande do Congresso em aprovar medidas e garantir que, ao longo do tempo, sejamos capazes de recompor a base fiscal", disse ele.

Entre os motivos apontados para a menor arrecadação de receitas da União neste ano, Mello reforçou o entendimento da Fazenda de que há um volume "expressivo" de créditos tributários sendo abatidos nas bases de cálculo, dado que teria surpreendido o governo.

"Estamos trabalhando em todas as áreas para rever distorções", afirmou o secretário.

Questionado sobre a meta de déficit zero em 2024 (que vem sofrendo ataques dentro do próprio governo), Mello afirmou que não se trata de um "capricho" e que o alvo foi colocado em razão de a equipe econômica entender que é possível recompor a base fiscal do País sem distorcer o sistema tributário. "Temos o objetivo não por nenhum motivo pessoal, não é capricho de ninguém, é simplesmente porque entendemos que é possível que o País recomponha sua base fiscal", disse ele.

*

Mercado vê que País "deixou de brincar", diz Lula, em live nas redes

Depois de ter atacado a meta de déficit fiscal zero em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em sua avaliação, com o desempenho do ministro à frente da pasta o mercado está entendendo que o governo "deixou de brincar".

"A seriedade que o companheiro Haddad deu ao Ministério da Fazenda faz com que a gente vá conquistando credibilidade interna, externa e o mercado vai percebendo que esse País deixou de brincar", disse ele, em transmissão ao vivo nas redes sociais.

Após desavenças no governo em relação ao tema, na semana passada o governo descartou a possibilidade

de alterar, neste momento, a meta fiscal, à espera da aprovação no Congresso de projetos que aumentam a arrecadação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>